

NÚCLEO CENTRAL DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS



Núcleos para
Orientação e Solução
de conflitos escolares

EDUCAÇÃO



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS
GERÊNCIA DO CLIMA ESCOLAR



Belo Horizonte
2021

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO 6

1.1. Histórico 7

1.2 . Apresentação 8

2 . OBJETIVOS 9

2.1 - Objetivo Geral 9

2.2 - Objetivos Específicos 9

3 . METODOLOGIA DE TRABALHO 11

3.1. Funções estruturais do Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED 11

3.1.1. Coordenação 11

3.1.2. Mapeamento 12

3.1.3 Articulação e formação continuada 12

3.2 Organograma 12

3.2.1 Núcleo Central 12

3.2.2 Câmaras de Práticas Restaurativas 13

4 . MARCOS TEÓRICOS E TEMAS CORRELATOS 15

4.1. Educação 15

4.2. Transformação de Conflitos 18

4.3. Comunicação Não Violenta 19

4.4. Técnicas Autocompositivas 20

4.5. Práticas Restaurativas 21

4.6. Círculos de Construção de Paz 22

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS 24

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 25

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Educação

Secretária Municipal de Educação

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben

Subsecretário de Articulação e Política Pedagógica

Marcos Evangelista

Subsecretária de Planejamento, Gestão e Finanças da SMED

Natália Raquel Ribeiro Araújo

Organização

Letícia de Melo Honório

Lucas Jerônimo

Redação

Adriana Mota Ivo Martins

Aldenis Alves da Silva

Aline Liliane Maia

Ana Maria Silva

Beth Fraga

Christiane de Oliveira Matos

Cibele Soares

Cláudia Elisabete dos Santos

Cláudia Márcia dos Santos

Cláudio Alexander Deiran

Cristina de Freitas Castilho

Elaine Salles da Costa

Elair Sanches Dias

Elke Bicalho Cruz do Amaral Quirino

Helen Araújo

Hendy Silva de Souza Lopes

Inês Mattos Haddad dos Santos

João Alves Rocha Neto

Juliana Sá Brandão

Keziah Pollyanna de Paula Nogueira

Leonardo Viana

Letícia de Melo Honório

Lucas Jerônimo

Lílian Zeferino Vieira da Fonseca

Luciana Vianna Gualberto

Luciara Calmon Damasceno

Maria Aparecida Silva

Maria Denise R. Cruz Pereira

Marilene Nazaré

Marília de Dirceu Salles Dias

Patrícia Lima

Rafael Lopes

Rebeca Cristina Lloyd

Rosângela Elmira

Rosemary Miranda

Sandra Aparecida Colares

Vania Costa Ribeiro Carlota

Wellington Ramos

Ilustração

Luiz Henrique Evaristo Felizardo

Revisão

Sandra Magna Guadanini

João Alves Rocha Neto

Projeto Gráfico e diagramação

Assessoria de Comunicação Social/SMED

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Núcleo Central de Práticas Restaurativas / Secretaria Municipal de Belo Horizonte; organização Letícia de Melo Honório; Lucas Jerônimo. -- Belo Horizonte: SMED, 2021. 26 p.; Livro digital. PDF.

ISBN 978-65-993822-5-3

1. Educação - Belo Horizonte (MG) 2. Justiça restaurativa - Prevenção 3. Transformação de conflitos 4. Violência na escola 5. Ensino fundamental 6. Segurança escolar I. Belo Horizonte (MG) - Secretaria Municipal de Educação. II. Título.

CDD-371.78

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação - Belo Horizonte (MG) 2. Justiça restaurativa - Prevenção 3. Administração de conflitos 4. Violência na escola 5. Educação de jovens e adultos 6. Segurança escolar

Maria da Conceição de Carvalho - Bibliotecária - CRB-6/1737

“**Esperançar** é juntar-se com outros para fazer de outro modo. A **esperança** é um condimento indispensável à experiência histórica, sem ela não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado, a inexorabilidade do futuro é a negação da história.”

(Paulo Freire).

I. INTRODUÇÃO

A estruturação do Núcleo Central de Práticas Restaurativas da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) em 2020, em um contexto tão desafiante, é resultado da importância dada por esta Secretaria ao tema da Convivência Escolar, da dedicação, do profissionalismo e do compromisso do tutor Lucas Jeronimo, que estruturou e coordenou a formação, e de cada uma(um) das(os) 37 professoras(es) que se dedicou ao estudo, à reflexão e à escrita do material aqui apresentado.

Este documento é plural, composto por um histórico de ações desenvolvidas no Município de Belo Horizonte, no âmbito do Programa Nós, constituído por meio da Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo da Capital Mineira. O Núcleo de Práticas Restaurativas da SMED dá continuidade aos anseios humanitários por um mundo com mais sentido, em busca da construção criativa, ativa e consciente de novas formas de transformação das relações sociais, com humildade, respeito e maravilhamento.

Em nome da SMED, a equipe da Diretoria de Políticas Intersectoriais (DPIN), por meio da Gerência do Clima Escolar (GCLIM), agradece a cada uma(um) que participou da elaboração deste texto. A efetivação das ações do Núcleo Central ainda exigirá um longo caminho, mas a caminhada já foi iniciada e o roteiro traçado por nós. Sigamos “esperançando”!

1.1. Histórico

No âmbito do projeto estratégico da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, denominado “Melhoria da Convivência e da Segurança no Ambiente Escolar”, a Diretoria de Políticas Intersecretoriais, por meio da Gerência do Clima Escolar, acompanha e coordena a implantação do Programa NÓS¹ - Justiça Restaurativa na Escola (JR na Escola), na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH).

O Programa JR na Escola tem suas ações previstas no Termo de Cooperação Técnica nº 051/2018 cujos partícipes são a SMED, o Ministério Público de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. O Plano de Trabalho desse Termo orienta duas etapas de formação: a primeira consiste em curso de 32 horas para até cinco representantes das escolas; a segunda consta de, no mínimo, 32 horas de supervisão/assessoria de tutores do Programa NÓS a cada unidade escolar que aderiu à primeira etapa. Ao fim desse processo de formação, espera-se que as escolas estejam aptas à implantação do NÓS (Núcleo de Observação e Solução de Conflitos Escolares): instância que, na RME-BH, é denominada de Câmara de Práticas Restaurativas (CPR).

Como resultado desse trabalho, ao fim de 2019, chegou-se a 162 escolas municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) participantes do Programa JR na Escola, contabilizando 835 pessoas certificadas. Ainda em 2019, 18 Escolas de Educação Infantil (EMEIs) tiveram, de forma piloto, uma formação em JR de 40 horas. Além disso, mais de 60 profissionais com atuação pedagógica nas Diretorias Regionais de Educação (DIREs) e na SMED tiveram formação ofertada pelo Ministério Público de Minas Gerais ou pelos processos de formação regionalizados, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Desde 2018, o acompanhamento do JR na Escola, na RME-BH, foi feito de forma articulada entre DPIN e as Diretorias Regionais de Educação. Considerando-se a necessidade do trabalho coordenado, no Termo de Cooperação do JR na Escola, está prevista a constituição de uma instância permanente, responsável pela coordenação, pelo suporte e pelo monitoramento das práticas restaurativas nas escolas. Essa instância tem como objetivo sanar dúvidas, elaborar orientações, avaliar os processos de implantação, divulgar e propor formações que levem à concretização das práticas restaurativas no dia a dia das instituições escolares.

Para 2020, considerando-se os objetivos do Projeto Estratégico “Melhoria da Convivência e da Segurança no Ambiente Escolar”, como meta, planejou-se implantar - por meio de processo formativo - o Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED - instância permanente de coordenação - e realizar a formação para sua efetivação na RME-BH. Em função da pandemia da COVID-19, com as orientações para se adotar o distanciamento social, conforme Portaria SMED nº 102/2020 - que determinou, desde 19 de março de 2020, a suspensão de todas as atividades escolares regulares presenciais na RME-BH, a formação para constituição do Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED ocorreu em formato virtual.

1 Programa NÓS - Núcleo de Orientação e Solução de Conflitos Escolares.

1.2. A formação do Núcleo Central de Práticas Restaurativas da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

Dentro do Acordo de Colaboração do Programa NÓS, está previsto designar uma instância permanente para apoiar e acompanhar as ações das Câmaras de Práticas Restaurativas. Essa instância foi denominada de Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED.

No final do ano de 2019, tendo em vista o objetivo de efetivar o Núcleo Central no ano seguinte, a proposta de constituição dessa instância foi desenhada e planejada junto ao tutor Lucas Jerônimo, que compõe o quadro de tutores do Programa Nós, aceitando o desafio de ser o formador e o assessor do grupo.

Com o advento da pandemia da COVID-19 e o isolamento social que se fez necessário como medida para a diminuição do contágio da doença, a formação que se daria presencialmente foi replanejada e viabilizada, por meio virtual, em ações formativas síncronas e assíncronas que tiveram início em agosto de 2020 e finalização em dezembro do mesmo ano.

O Curso de Acompanhamento e Formação em Práticas Restaurativas nas Escolas foi voltado, preferencialmente, aos representantes das diretorias e gerências da SMED que já tinham certificação em Justiça Restaurativa em cursos anteriores. A indicação dos participantes ficou a cargo de suas chefias superiores e de suas equipes.

A carga horária total do curso foi de 30 horas/aula, sendo 24 horas/aula síncronas e 6 horas/aulas assíncronas. Ao todo, foram realizados oito encontros síncronos com carga horária de 3 horas/aula, no horário das 9 às 12 horas, pela plataforma *on-line Meet*, nos dias 24/08; 08/09; 21/09; 05/10; 19/10; 16/11; 30/11 e 09/12/2020. Toda a formação foi acompanhada pela coordenação da DPIN/GCLIM com o apoio do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da SMED (CAPE/SMED), sendo estes responsáveis pela organização da formação *on-line*, criação da sala de reunião, aferição da presença dos participantes e suporte ao formador. Para certificação na formação, a frequência mínima requisitada foi de 75% da carga horária total do curso. A metodologia de condução do curso, idealizada pelo tutor Lucas Jerônimo, contou com três eixos: a) Mapeamento, b) Alinhamento e c) Proposição.

No eixo Mapeamento, os cursistas foram orientados e convidados a se dividirem em grupos e a pesquisarem, pelo menos, dois projetos de Práticas Restaurativas e Comunicação Não Violenta em andamento ou já consolidados em Minas Gerais e nas cinco regiões do Brasil, que fossem voltados ao ambiente escolar.

O eixo Alinhamento consistiu em um aprofundamento teórico-conceitual durante os encontros síncronos, nos principais temas que, atualmente, compõem o estudo das práticas restaurativas: transformação de conflitos, Comunicação Não Violenta, fundamentos das técnicas autocompositivas, contextualização das abordagens e práticas restaurativas e círculos de construção de paz.

No eixo Proposição, os cursistas foram provocados a refletirem sobre questões sensíveis e essenciais que atravessam as relações conflitivas e não conflitivas no ambiente escolar, a fim de proporem o presente Projeto originário de forma coletiva e coparticipada. O resultado alcançado encontra-se em cada linha deste texto, fruto da experiência de cada educador e da soma de esforços pela transformação da Educação através das lentes restaurativas.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED tem como objetivo geral coordenar, articular, fomentar e mapear as práticas restaurativas nas escolas, integrando esforços junto aos Núcleos Regionais, às Câmaras de Práticas Restaurativas escolares e instituições e órgãos externos, subsidiando a SMED no aprimoramento da gestão de políticas públicas, programas, projetos e ações que visam à melhoria da convivência nos ambientes das unidades escolares que integram a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

2.2. Objetivos Específicos

São objetivos específicos que materializam as ações do Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED:

- sanar dúvidas, elaborar orientações, avaliar os processos de implantação, divulgar e propor formações que levem à concretização das práticas restaurativas no dia a dia das instituições escolares;
- promover, incentivar e acompanhar a implementação das Câmaras de Práticas Restaurativas nas Escolas da RME-BH;
- orientar as escolas da RME-BH e creches parceiras na implantação de práticas restaurativas, Comunicação Não Violenta e habilidades socioemocionais correlatas, nos processos escolares;
- estimular ações e projetos de formação em práticas restaurativas para direções, coordenações pedagógicas, professoras(es), estudantes, trabalhadoras(es) da educação,

familiares e outros membros da comunidade escolar;

- incentivar a criação de grupos cooperativos regionalizados de práticas restaurativas nas escolas;
- identificar e divulgar as práticas restaurativas das escolas através de diferentes canais de comunicação, tornando-as públicas e com maior visibilidade no Município;
- realizar avaliações periódicas para aferição dos resultados alcançados através da utilização das práticas restaurativas, visando à qualificação dos processos, por meio de encontros, entrevistas, grupo focal, formulários, dentre outras ferramentas disponíveis;
- incentivar o protagonismo da comunidade escolar em relação à implementação e à ampliação das práticas restaurativas no território;
- publicizar as ações desenvolvidas pelos Núcleos de Práticas Restaurativas (central e regionalizados) junto às unidades escolares;
- possibilitar às escolas, bem como aos Núcleos Regionais, o acesso aos materiais formativos, de estudos, para implantação e ampliação das práticas restaurativas e que levem à melhor compreensão das suas dimensões filosófica e pedagógica;
- mapear a implantação das Câmaras de Práticas Restaurativas nas escolas, a fim de se identificar múltiplos aspectos que envolvem sua estruturação, dentre os quais: quem as compõem, as práticas desenvolvidas, a institucionalidade e previsão no Projeto Político-Pedagógico, o fluxo e o acompanhamento de casos atendidos; tipos de situações conflitivas e não-conflitivas abordadas; atores internos e externos que participam das práticas e avaliação dos impactos positivos e negativos advindos dessa implementação;
- construir banco de dados com a compilação de todas as informações essenciais de caráter quantitativo e qualitativo que envolvam as Câmaras de Práticas Restaurativas, como o número de instituições que aderiram ao Programa NÓS, o número de facilitadores formados em Justiça Restaurativa na Escola, número de escolas com Câmaras de Práticas Restaurativas implantadas, principais ações realizadas pelas Câmaras, principais metodologias adotadas etc.;
- colaborar com as escolas na construção metodológica das práticas restaurativas, tendo em vista suas especificidades e situações conflitivas e relacionais, de acordo com as necessidades que impactam a comunidade do entorno;
- promover e incentivar processos de formação continuada, internos ao Núcleo e para as escolas, visando ao alinhamento conceitual, à compreensão das dimensões teóricas, às práticas da justiça restaurativa, quanto aos temas correlatos e ao avanço dos processos restaurativos na Educação;
- valorizar e motivar as(os) facilitadoras(es) de JR e representantes das escolas que possuem Câmaras de Práticas Restaurativas já instaladas, a serem parceiras(os) nos processos de formação e constituição dos grupos cooperativos regionalizados;
- avaliar as práticas circulares e os roteiros que são conduzidos nos espaços da escola, bem como o propósito para o qual são utilizados.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

O Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED atuará no âmbito da RME-BH e será coordenado pela SMED, por meio da Diretoria de Políticas Intersectoriais/Gerência do Clima Escolar. Em suas ações, contará com o apoio dos profissionais da educação em exercício de atividades na SMED e que tenham participado de processos de formação em JR pelo Programa NÓS - JR na Escola, bem como do processo de formação para constituição do Núcleo.

O presente Projeto parte do pressuposto de que a Justiça Restaurativa é um modo de vida, tal qual preconiza Howard Zehr (2020), constituído por um conjunto de princípios e valores que fundamentam relações justas, respaldadas pela ética, pelos direitos humanos fundamentais e por uma compreensão de humanidade que integra o meio ambiente. Assim, sua ancoragem filosófica e metodológica deve pautar-se em ações dialógicas, participadas e horizontais que têm como objetivo restaurar as relações, reparar danos advindos dos processos de convivência, construir empatia, respeito e resiliência entre as pessoas, contribuir para a tomada de decisões conscientes e responsáveis e transformar situações de conflitos e violências com ações articuladas e não violentas.

3.1. Funções estruturais do Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED

A fim de se cumprir os objetivos específicos, são três as funções estruturantes do Núcleo Central que irão delinear as ações e frentes de atuação: a) Coordenação; b) Mapeamento e c) Articulação e Formação Continuada.

3.1.1. Coordenação

O eixo Coordenação abrange os processos de gestão e administração das práticas restaurativas

junto aos educadores, às instituições parceiras e às demais instituições que compõem o Programa NÓS. Envolve as ações deliberativas que visam a materializar o processo de estruturação do Núcleo Central no que se refere à organização de encontros e reuniões periódicas, agendas de trabalho, planejamento estratégico e deliberações no âmbito da gestão municipal.

3.1.2 Mapeamento

O eixo Mapeamento consiste no fomento à análise estruturada de dados e informações que revelem a qualidade da implantação das práticas restaurativas no âmbito das escolas. Trata-se de um eixo fundamental de caráter avaliativo e propositivo, na medida em que, através do mapeamento, é possível construir estatísticas e bancos de dados quantitativos e qualitativos que sirvam de aporte para a implementação de políticas públicas restaurativas no Município. De forma prática, caberá ao Núcleo Central elaborar instrumentos de levantamento e tratamento das informações acerca das práticas restaurativas, de forma periódica e organizada. O mapeamento possibilitará a construção de relatórios internos, que demonstrem a capilarização das práticas restaurativas, bem como fornecerá informações importantes ao Observatório do Clima Escolar², de acordo com as nove regionais administrativas do Município de Belo Horizonte.

3.1.3 Articulação e Formação Continuada

A terceira função estruturante do Núcleo Central abrange a articulação interna e externa de ações, projetos e eventos que promovam o diálogo, a divulgação e a reflexão coletiva sobre as práticas restaurativas desenvolvidas nas escolas, através de trocas de experiências, relatos e publicações. A articulação abrange a criação de grupos de estudos, grupos de trabalhos temáticos, seminários, congressos, webinários e eventos externos em parceria com outras instituições. Neste eixo, encontra-se também o fomento à formação continuada de professoras(es) e trabalhadoras(es) da Rede Municipal de Educação, tendo em vista a necessidade constante de aperfeiçoamento e de qualificação teórica e prática dos facilitadores de metodologias restaurativas.

3.2 Organograma

A articulação da implementação das práticas restaurativas no Município ocorrerá nos níveis a) Núcleo Central e b) Câmaras de Práticas Restaurativas, conforme a seguir:

3.2.1 Núcleo Central

O Núcleo Central é a instância de coordenação das práticas restaurativas que centralizará as demandas advindas das Câmaras de Práticas Restaurativas. Tal centralidade visa a alinhar e a mapear as informações essenciais para a consolidação das práticas restaurativas no Município. O Núcleo Central deverá articular-se com as demais equipes da SMED e Diretorias Regionais,

² Criado pela Portaria SMED nº 327/2018, o Observatório do Clima Escolar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, tem como função a produção de conhecimento, a elaboração de indicadores, o tratamento de dados e o monitoramento dos eventos pertinentes ao clima escolar, propondo ações e políticas públicas que visem à melhoria do clima escolar nas unidades municipais de educação.

seguindo algumas linhas de articulação:

- estabelecer diálogos com a equipe do Clima Escolar;
- identificar pessoas ou grupo de referência para ser uma ponte entre o Núcleo Central e as escolas de cada Regional;
- realizar levantamento de dados e informações sobre a expansão das práticas restaurativas em suas respectivas regionais, bem como os maiores desafios e obstáculos enfrentados pela comunidade escolar;
- construir instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativa, de forma continuada;
- incentivar formações e treinamentos sobre temas relacionados às práticas restaurativas junto às escolas;
- fomentar a divulgação das práticas restaurativas entre as escolas da jurisdição da Regional;
- repassar ao Núcleo Central relatórios e estatísticas sobre ações, projetos, pessoas, parcerias e instituições que estejam envolvidas na ampliação das práticas restaurativas na Regional.

3.2.2 Câmaras de Práticas Restaurativas

A implantação de Câmaras de Práticas Restaurativas, instância correlata ao NÓS (Núcleo de Observação e Solução de Conflitos), está prevista para toda escola que aderir ao curso Justiça Restaurativa na Escola. O objetivo da Câmara é efetivar, por meio do Currículo Escolar, a adoção das práticas restaurativas no cotidiano das instituições. Por Práticas Restaurativas entende-se o conjunto de saberes, comportamentos, habilidades e técnicas de mediação e de outros processos restaurativos circulares empregados em intervenções e procedimentos que têm como objetivo a construção de uma cultura de paz. Portanto, pressupõe um processo de corresponsabilidade pelo bem-estar coletivo de toda a comunidade escolar.

A Câmara de Prática Restaurativa deve ser composta pela equipe gestora da escola (Direção, Coordenação Pedagógica Geral e demais coordenadoras(es) pedagógicas(os), pelos agentes facilitadores (pessoas que participaram do curso Justiça Restaurativa na Escola - fase 1), representantes do Colegiado Escolar e demais pessoas da comunidade escolar interessadas e comprometidas com a convivência cidadã na escola.

É de fundamental importância dar ciência da proposta ao Colegiado Escolar, por meio de reunião específica e, preferencialmente, com a presença dos agentes facilitadores da escola. Para possibilitar a definição dos representantes do Colegiado Escolar que irão compor a Câmara de Práticas Restaurativas, sugere-se que, nessa reunião, sejam apresentados os conceitos da Justiça Restaurativa e da Comunicação Não Violenta (CNV). O tutor referência da escola pode contribuir para essa ação.

É papel dos integrantes da Câmara de Práticas Restaurativas: 1. identificar os desafios da convivência escolar; 2. propor e realizar ações preventivas e ou resolutivas frente aos conflitos escolares; 3. refletir sobre a qualidade das relações na escola e atender às demandas relacionais que se apresentam no ambiente escolar; 4. trabalhar como formadores e facilitadores na transformação dos conflitos escolares, por meio das técnicas da comunicação não violenta, dos círculos de construção de paz; 5. articular as questões da convivência no Currículo. Portanto, a função das Câmaras de Práticas Restaurativas é tratar dos conflitos escolares nos âmbitos preventivo e resolutivo, utilizando as práticas restaurativas.

A periodicidade dos encontros da Câmara deverá ser definida pela escola, de acordo com suas especificidades. No entanto, sugere-se a realização de encontros mensais para identificação dos desafios da convivência escolar, proposição, planejamento e avaliação de ações. O desenvolvimento das atividades propostas deve ter períodos definidos por meio de planejamento, de acordo com a questão identificada e que precisa ser cuidada. Para isso, sugere-se a elaboração de um plano de ação.

Os encontros da Câmara de Práticas Restaurativas podem ser feitos no mesmo espaço em que ocorrem as reuniões do Colegiado Escolar ou em outros ambientes utilizados para a realização de reuniões. Já as ações propostas pela Câmara vão ocorrer nas salas de aula e/ou em outros espaços da escola, de acordo com o planejamento e com a característica da ação. Toda pessoa da comunidade escolar poderá acionar a Câmara de Práticas Restaurativas. Portanto, a Direção da escola deverá dar ciência da existência e da composição dessa instância para todos - profissionais, estudantes e famílias. A comunidade escolar deve ser envolvida nas ações da Câmara, propondo e solicitando ações. O caráter preventivo da Câmara deve ser salientado, devendo nortear as ações da mesma.

4. MARCOS TEÓRICOS E TEMAS CORRELATOS

4.1. Educação

Na perspectiva de uma educação capaz de desenvolver habilidades e competências para que os sujeitos possam agir e interagir em um mundo cada vez mais complexo e em constante movimento, tornam-se inadequadas e ineficazes concepções e práticas que visam, unicamente, ao acúmulo de conhecimentos. Assim, Delors e os membros da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, em seu relatório para a UNESCO “Educação: Um tesouro a Descobrir”, apontam os pilares do conhecimento que constituem as aprendizagens fundamentais para a vida de qualquer indivíduo e que devem ser a base de uma nova concepção de Educação. São eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Mas, em regra geral, o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o aprender a conhecer e, em menor escala, para o aprender a fazer. As duas outras aprendizagens dependem, na maior parte das vezes, de circunstâncias aleatórias quando não são tidas, de algum modo, como prolongamento natural das duas primeiras. Ora, a Comissão pensa que cada um dos “quatro pilares do conhecimento” deve ser objeto de atenção igual por parte do ensino estruturado, a fim de que a educação apareça como uma experiência global a levar a cabo ao longo de toda a vida, no plano cognitivo como no prático, para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade (DELORS, 2003, p. 90.).

Sendo assim, Delors defende que é imprescindível delinear objetivos dessa nova concepção de Educação “e, portanto, mudar a ideia que se tem da sua utilidade” (DELORS, 2003, p. 90.). Uma concepção de educação que focalize na realização do sujeito em sua totalidade, que aprenda a conviver e a ser, de forma que “se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação” (DELORS, 2003, p. 90).

Para Delors e os membros da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, aprender a viver com os outros representa, hoje, um dos maiores desafios da educação. A história da humanidade é marcada pela violência desde sempre. Apesar de todo avanço científico, de todo desenvolvimento tecnológico, ainda temos muito a evoluir no que diz respeito às relações interpessoais. Diante disso, é preciso desdobrar esforços para respondermos à questão lançada pela comissão: “poderemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, da sua espiritualidade?” (DELORS, 2003, pp. 96-97).

Ensinar a não violência na escola “para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos” se tornou imperativo nos nossos dias. Essa, porém, não é uma tarefa simples. Não se trata apenas de colocar membros de grupos diferentes em contato para que possam se comunicar. Esse tipo de abordagem não é garantia de sucesso. Ao contrário, pode intensificar as tensões e dar início ao conflito. Segundo Delors, “se este contato se fizer num contexto igualitário, e se existirem objetivos e projetos comuns, os preconceitos e a hostilidade latente podem desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e até à amizade” (DELORS, 2003, p. 97). Em outras palavras, é preciso que a escola saiba dar vez e voz a todos os indivíduos, tornando o ambiente acolhedor e saudável, onde cada um possa descobrir-se a si mesmo e descobrir o outro, para com ele agir sobre o mundo.

Parece, pois, que a educação deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes. [...] A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade, a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla aprendizagem (DELORS, 2003, pp. 97-98).

À educação, portanto, cabe dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo e ajudá-los a descobrirem-se a si mesmos. A partir da descoberta de si mesmo é que o sujeito se torna capaz de olhar para o outro e reconhecê-lo enquanto outro ser, com necessidades, desejos, valores e cultura diferentes dos seus. Só aí será capaz de compreender suas escolhas, ações e reações.

Os métodos de ensino devem se ater a este reconhecimento do outro. Em sua prática, os professores devem instigar a curiosidade e o espírito crítico dos seus alunos, pois são exemplos para eles e podem influenciá-los a adquirirem uma atitude de “alteridade e de enfrentamento às inevitáveis tensões entre pessoas, grupos e nações”. O confronto através do diálogo e da troca de argumentos é um dos instrumentos indispensáveis à educação do século XXI (DELORS, 2003, p. 98).

Segundo Paulo Freire, “o diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 2018b, p. 109). Partindo dessa afirmação, podemos pensar que uma educação que não tenha como alicerce o diálogo, concebido pelo autor como o que nos faz existir, não cumpriria sua função. Um bom processo de ensino-aprendizagem, sustentado pelo diálogo, deve construir saberes pautados pelo encontro de ideias, culturas e formas diferentes de concepção de mundo, caso contrário a escola tornar-se-ia um depósito de ideias, como assinala o autor:

Se ele [o diálogo] é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2018b p. 109).

Nessa perspectiva, a função do educador não é a de deter um saber e repassá-lo para os estudantes no intuito de moldá-los para o convívio social, mas a de fazê-los questionar a sociedade e suas mazelas, a partir de suas próprias experiências. O educador, segundo Freire, “não pode negar-se ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 2018a, p. 28.). Dessa maneira, a docência ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, pois é fundamental que a escola compreenda que sua função não é a de reforçar a posição dos estudantes como objeto em relação à sociedade, mas de sujeitos da história, pois ela deve afirmar que “sua presença [dos estudantes] no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história” (FREIRE, 2018a, p. 53).

Ainda na direção do diálogo e do encontro, os processos pedagógicos, para Paulo Freire, não coadunam com nenhuma forma de discriminação, preconceito, intolerância, ou seja, qualquer pensamento que exclua a diferença e a diversidade não pode ter lugar nos processos escolares. Racismo, misoginia, homofobia e qualquer outro tipo de discriminação devem ser discutidos e combatidos no ambiente escolar.

Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las, e se não os escuto, não posso falar com elas, mas a elas, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-las. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso escutá-lo ou escutá-la (FREIRE, 2018a, p. 118).

A escuta é essencial para a construção de saberes. O ensino e a aprendizagem estão intrinsecamente ligados ao ato de escutar. É a partir dele que podemos conhecer o sujeito com quem nos encontramos em sala de aula. É escutando-o que sabemos de onde vem, o que pensa, o que sonha, aonde quer chegar... Através dessa escuta, chegamos a outra palavra muito importante para o processo de ensino-aprendizagem: empatia. Ela é, muitas vezes, rapidamente definida pela capacidade de se colocar no lugar do outro. No entanto, se nos colocarmos no lugar do outro, é ainda um “eu” que fala e assim corremos o risco de promover a anulação do outro. Pensando com Paulo Freire, a empatia tem menos a ver como um “se colocar no lugar do outro” e mais com um “estar com o outro”, “colocar-se ao lado do outro”, sustentando assim sua diferença. Dessa forma, “a educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2018a, p. 116), o que nos leva à afirmação freiriana de que “estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros (FREIRE, 2018a, p. 57)”.

A educação para Paulo Freire está pautada nas experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, denominadas por ele como “experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 2018a, p. 105), pois o diálogo, o encontro, a escuta e a empatia são formas de acolher o outro,

isto é, a diferença. Para garantir isso, é necessário um pensamento aberto à diversidade de formas de concepção de mundo. Assim, esta acaba por ser uma das funções da escola: garantir a abertura do pensamento, a libertação de todo e qualquer discurso totalizador que fixe o saber como único e, conseqüentemente, imobilize todos e todas que pensam e vivem diferente dele. E isso não se dá sem alguma resistência, sem algum atrito, sem nenhum conflito. Tratar então, no sentido do cuidado, desses conflitos torna-se uma função essencial para a escola – “esse lugar de múltiplas galáxias” (LLANSOL, 1999, p. 88), pois só assim ela poderá garantir um processo de ensino-aprendizagem de qualidade para todos da comunidade escolar.

Dado o exposto, vale ressaltar que, de forma preventiva, a aplicação de técnicas restaurativas, como a Comunicação Não Violenta (CNV) e os Círculos de Construção de Paz, associadas a outras ações de promoção da cultura de paz, uma vez incorporadas ao Currículo Escolar, corroboram o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais ao desenvolvimento do sujeito integral, tais como o autoconhecimento, a empatia, a resiliência, a adaptação intencional, as habilidades para o bom relacionamento, dentre outros. O Núcleo de Práticas Restaurativas da SMED deve, portanto, colaborar com as escolas municipais na efetivação desses processos, desenvolvendo habilidades e competências para o alcance de uma educação libertadora.

4.2. Transformação de Conflitos

O conflito humano é concebido, no campo das práticas restaurativas, como parte do processo de interação entre as pessoas e as atividades sociais. Para Balaguer (2014), o conflito faz parte da vida e precisamos considerá-lo não como um problema, mas como uma situação que pode ser potencializadora de mudanças, por meio de um maior conhecimento de si e do outro, das relações entre as pessoas e as instituições. Para a autora, que toma como referência Gomes Pinto (2005), as práticas restaurativas estão relacionadas à “uma concepção e intervenção nova de como tratar a dimensão humana do conflito, apoiada em princípios como cultura de paz, democracia participativa, consenso, restauração, cooperação e solidariedade entre os seres humanos” (BALAGUER, 2014, p 269). Para isso, é preciso que as divergências e diferenças sejam reconhecidas e os caminhos para sua resolução se deem de forma dialógica entre os envolvidos, em um processo de restauração das relações.

A perspectiva transformativa compreende os conflitos como recursos catalisadores de mudanças sociais e inerentes às sociedades democráticas. Concordando com Balaguer (2014), a finalidade mais profícua das intervenções restaurativas nos conflitos nos ambientes escolares se deve justamente a sua capacidade de produzir um “enfrentamento coletivo da dor”, por meio de seu reconhecimento, ao invés de negar os conflitos ou ignorá-los. (BALAGUER, 2014, p.274).

John Paul Lederach é um dos autores precursores do marco teórico da transformação de conflitos e sugere a compreensão de conflitos a partir de quatro níveis de mudanças: pessoal, relacional, estrutural e cultural. Por esse enfoque, é possível conceber uma topografia ou mapa das relações sociais, em que todas as questões podem ser compreendidas como importantes plataformas de evolução, com altos e baixos que denotam como a humanidade sempre avança e retrocede, em um fluxo contínuo de renovação e ampliação da consciência.

Desse modo, o Núcleo Central adere a essa análise ao fomentar a expansão das Câmaras de Práticas Restaurativas nas escolas, uma vez que é chegada a hora de olharmos para os conflitos

humanos como motores propulsores de transformação, sempre quando haja a oportunidade de aprendizado pessoal e coletivo. As escolas refletem o que existe na sociedade e, a partir delas, podemos fazer uma travessia para uma convivência institucional e social mais justa, respeitosa e igualitária.

4.3. Comunicação Não Violenta

Comunicar é o ápice da vida, é estabelecer-se como relação (PELIZOLLI, 2012). Assim como o nosso corpo é definido como um organismo, um conjunto de sistemas, órgãos, tecidos, células, moléculas, energia, construímos a nossa identidade a partir de nossa família, da sociabilidade e da cultura. Podemos assim compreender como a comunicação assume importante papel em nossas vidas, compreendida em toda a sua amplitude e não só como instrumento para entrar em contato com o outro por meio da fala.

A comunicação permite exercermos a vida enquanto organismo, como expressão da profunda necessidade humana de conectar-se. A linguagem é o nosso meio, e a comunicação é a base da vida social, dos conflitos e de suas resoluções. Essa perspectiva ampliada da comunicação desdobra-se na Comunicação Não Violenta (CNV), tema de grande destaque que nos permite a compreensão sistemática dos contextos dos conflitos e das violências explícitas que vemos atualmente. A CNV permite que tomemos consciência e nos conectemos com as nossas necessidades, nossas humanidades e nossa capacidade de conexão e de comunicação. A CNV propõe um diálogo aberto, com voz e vez respeitadas, apresenta-se como toda forma de comunicação que se afasta de violências, sejam elas estruturais, relacionais ou internas.

No artigo intitulado “Reflexões sobre a dimensão da autoempatia na Comunicação Não Violenta”, Lucas Jerônimo e Mayara Carvalho (2020) afirmam:

Normalmente pensamos que temos conflitos quando, em verdade, temos medo da violência. Confundimos os dois sem percebermos que a violência costuma ser uma manifestação típica de quando os conflitos são invisibilizados ou evitados, não o contrário.

Diante da inevitabilidade dos conflitos e para que eles sejam considerados, visibilizados, tratados com conhecimento e estratégia, a Comunicação Não Violenta desponta como habilidade fundamental para o convívio humano harmonioso, o que engloba tanto as conexões que constituímos com os outros sujeitos e com a nossa comunidade de referência, como também o contato que estabelecemos conosco. O nosso diálogo interno também precisa ser desprovido de violência, julgamento e culpa, para que isso ocorra externamente, de maneira natural, em nossas ações e relações.

A CNV é uma das manifestações de não violência focada na comunicação, seja ela verbal ou não verbal. A proposta da não violência é prioritariamente responsável e ativa e isso reflete nas ferramentas e técnicas da CNV. A não violência rompe com a reatividade e oferece uma ação criativa frente ao encontro. Reconhece que o sujeito precisa assumir sua parcela de responsabilidade por existir, tirando-lhe o papel estigmatizado de vítima, estimulando a autorresponsabilidade. A CNV foi sistematizada pelo psicólogo Marshall Rosenberg (2005; 2012; 2015), que propõe quatro passos para sua realização, a saber:

- a) Observação - observar sem julgamentos ou avaliação;
- b) Sentimento - identificar e comunicar os sentimentos gerados em determinada situação;
- c) Necessidade - reconhecer qual necessidade está ligada ao sentimento identificado;
- d) Pedido - fazer um pedido de forma que fique entendido pelo interlocutor a forma de agir que acreditamos ter maior potencial para uma relação harmoniosa.

Contudo, esses passos não devem ser compreendidos como regras a serem seguidas e aplicadas de forma desconectada de princípios importantes, como a empatia e a autoempatia, a compaixão e a autocompaixão. Quando observados, tais princípios garantem que a CNV não seja praticada de maneira artificial, mecânica ou forçada.

4.4. Técnicas Autocompositivas

O trabalho com conflitos requer habilidades técnicas e socioemocionais. Assim como estudamos durante anos para assumir uma profissão, também estudamos longos anos para adquirirmos maior confiança e prática na atuação em situações conflitivas. Isso porque, ao abordamos conflitos, retratamos, na verdade, a vida humana. O que significa que haverá, necessariamente, aspectos da vida física, emocional, psicológica e espiritual que vão impactar a forma como as disputas sociais vão se materializar através da relação e da comunicação.

A autocomposição é compreendida como a implicação das próprias partes envolvidas em conflitos na busca por soluções que respeitem interesses, necessidades e sentimentos que impactam diretamente o convívio social. As técnicas autocompositivas fomentam um olhar mais aprofundado para as relações, suscitando possíveis ajustes das vontades e realização de acordos que regulam o processo de interação no ambiente escolar.

Várias são as técnicas que podem ser utilizadas pelos educadores e que requerem leitura, estudo, formação e prática para serem implementadas com maior qualidade e segurança. Citemos algumas delas: a) *rapport*; b) escuta ativa; c) formulação de perguntas; d) parafraseamento; e) resumo; f) validação de sentimentos; g) chuva de ideias (*brainstorming*); h) geração de acordos, dentre inúmeras outras. Assim como a Comunicação Não Violenta, essas técnicas visam a ampliar a consciência do profissional sobre como lidar diretamente com situações desafiadoras nas esferas da relação e da comunicação.

As habilidades autocompositivas são adquiridas predominantemente por intermédio de cursos de técnicas autocompositivas e de treinamentos. Mesmo as pessoas que naturalmente já possuem perfis conciliatórios devem participar de programas e projetos de aperfeiçoamento.

Destaca-se, portanto, que mediadores e facilitadores responsáveis devem apresentar as seguintes características ou habilidades:

- aplicar diferentes técnicas autocompositivas de acordo com a necessidade de cada conflito;
- escutar ativamente a exposição dos envolvidos, utilizando técnicas de escuta ativa;
- inspirar respeito e confiança a todos os envolvidos no processo;
- administrar o clima emocional das pessoas envolvidas, quando estiverem exaltadas;

- estimular as pessoas a desenvolverem soluções criativas que permitam a compatibilização dos interesses contrapostos;
- examinar os fatos sob uma nova ótica para afastar perspectivas judicantes ou substituí-las por perspectivas conciliatórias;
- motivar os envolvidos a encontrarem possíveis acordos sem atribuição de culpa ou necessidade de punição e castigo;
- estimular o desenvolvimento de condições que permitam a reformulação das questões, diante de eventuais impasses.

Astécnicas autocompositivas são transversais e podem ser utilizadas em diferentes metodologias, como negociação, mediação, conciliação e práticas restaurativas. Na negociação, não há a participação de um terceiro, as próprias partes buscam alinhar interesses conflituosos levando em consideração as necessidades de todos envolvidos. Na mediação, uma terceira pessoa chamada de “mediador” busca contribuir para a solução do conflito, incentivando as partes de forma imparcial e sem julgamentos. Sua função é fazer com que as pessoas envolvidas dialoguem, entendam o conflito e encontrem possíveis saídas de forma criativa e respeitosa. Na conciliação, o terceiro chamado de “conciliador” pode intervir de forma mais ativa, orientando, propondo alternativas, sugerindo decisões e aconselhando de forma que atenda aos interesses das pessoas e que possam chegar a um acordo.

4.5. Práticas Restaurativas

O Núcleo Central da SMED tem como objetivo principal colaborar com as escolas municipais na efetivação das práticas restaurativas, pensando na retomada das dimensões relacionais para alcançar relações humanas cada vez mais justas, o que converge para o objetivo maior do Programa NÓS. Assim, restaurar adquire um sentido de “começar de novo”, de poder fazer algo para mudar, de pensar novas estratégias, novas possibilidades cada vez que um dano acontece. As práticas restaurativas, então, se constituem em “procedimentos e atividades proativas que podem colaborar para a prevenção e resolução positiva de conflitos em geral” (NUNES, 2018, p.11), para a redução da violência e para que as relações no ambiente escolar sejam mais profícuas.

Práticas Restaurativas, portanto, referem-se a um conjunto de metodologias de transformação de situações de conflitos e violências, que podem ser pensadas em contextos diversos, com foco na consensualidade, na participação e na não violência. Para Nunes (2018), as Práticas Restaurativas:

nos levam a lidar com os conflitos de forma diferenciada: desafiando os tradicionais padrões punitivos, passamos a encarar os conflitos como oportunidades de mudança e de aprendizagem, ressaltando os valores da inclusão, do pertencimento, da escuta ativa e da solidariedade. São mudanças de modelos de cultura, de paradigmas e de práticas que permitem uma melhoria nos relacionamentos, contribuindo para a construção de cultura de paz nas escolas (NUNES, 2018, p. 25 e 26).

Nesse sentido, as Práticas Restaurativas constituem-se como ferramentas para lidar com a pluralidade de situações adversas na escola, de forma dialógica, participativa e colaborativa, sendo importante o envolvimento de todos os atores que compõem a comunidade escolar.

Para Silva, Araújo e Silva (2019), as Práticas Restaurativas têm como objetivo central a resolução das situações com o foco na responsabilização, no entendimento das motivações e necessidades que geraram o conflito, na reparação do dano e no restabelecimento de vínculos entre as pessoas. Na visão de Nunes (2018), elas têm ainda como objetivos principais:

a) ajudar na segurança da comunidade escolar, pois têm estratégias que constroem relacionamentos e capacitam todos da escola para assumirem a responsabilidade pelo bem-estar dos seus membros; b) desenvolver competências nas pessoas, pois aumentam habilidades pró-sociais daqueles que prejudicaram outros, ajudando no fortalecimento da personalidade de cada um; c) ajudar na tomada de decisões conjuntas; d) trabalhar valores humanos essenciais, tais como: participação, respeito, responsabilidade, honestidade, humildade, interconexão, empoderamento e solidariedade, como veremos adiante; e) restaurar aquela relação afetada pelo conflito, se possível com a reparação do dano causado à vítima; f) desejam partilhar dificuldades, aprender uns com os outros e trabalhar em conjunto; g) responsabilização: as práticas restaurativas permitem que os infratores prestem contas àqueles a quem prejudicaram, habilitando-os a repararem, na medida do possível, os danos causados. (NUNES, 2018, p.40 e 41).

Por serem metodologias que possibilitam o diálogo e o protagonismo dos participantes, as Práticas Restaurativas empoderam as comunidades e permitem olhares diferentes das situações conflitivas, constituindo-se em um trocar de lentes que faz crescer e amadurecer certas posturas e comportamentos. Vislumbra o conflito em uma “dimensão transformativa, por meio da utilização dos círculos de construção de paz e mediação de conflitos” (SILVA, ARAÚJO E SILVA, 2019, p. 6).

No contexto do ambiente escolar, as Práticas Restaurativas podem contribuir de maneira bastante importante para a construção de pertencimento, empatia, respeito e uma cultura do diálogo entre os membros da comunidade. É uma proposta ampliada, que vai além do foco em conflitos e violências, uma vez que pode transformar o modo como as pessoas existem coletivamente.

De forma complementar, a perspectiva preventiva pode ajudar a evitar situações graves e construir acordos de convivência cooperativamente. Reparar danos pressupõe a busca por formas criativas e não violentas de gestão de conflitos. Nessa perspectiva, as Práticas Restaurativas podem auxiliar os educandos e os educadores a encontrarem essas formas e construí-las, caso ainda não existam, por meio de um olhar prospectivo e eminentemente transformador.

4.6. Círculos de Construção de Paz

Os Círculos de Construção de Paz são processos de diálogo que passaram a integrar as

Práticas Restaurativas, a partir dos estudos elaborados por Kay Pranis e Carolyn Boyes Watson. Os círculos permitem o encontro entre as pessoas, troca de olhares, presença, participação, narratividade, escuta e a contação da história das nossas vidas. Portanto, constroem identificação e oportunizam a compreensão das causas de um conflito e das necessidades implícitas.

A partir dessas informações, o Círculo contribui para a transformação do conflito, com o intuito de restaurar as relações e reparar os danos provocados por determinados comportamentos e atitudes. Essa metodologia, estruturada em uma atmosfera de segurança e respeito e com base nos princípios e valores das práticas restaurativas e da cultura de paz, faz-se importante nos mais variados espaços de convivência social.

Nas escolas, no que se refere às práticas de Justiça Restaurativa, o Círculo de Construção de Paz é uma das metodologias mais utilizadas. Em um círculo, todas as pessoas envolvidas participam por livre e espontânea vontade. Uma vez reunidos, os indivíduos envolvidos no conflito - ou afetados por ele - e os facilitadores, o círculo é organizado para que tenha um começo, um meio e um fim. Podem ser necessários numerosos círculos, dependendo da complexidade. Esses encontros propiciam oportunidades de diálogos e expressão de sentimentos, buscando o entendimento dos fatos ocorridos ao longo do conflito, bem como as necessidades do presente. Possibilita-se, assim, que as visões dos fatos possam ser ouvidas e melhor compreendidas, podendo haver um consenso entre as partes. Os facilitadores utilizam-se de metodologias diversificadas que permitem a participação e a escuta ativa de todos os envolvidos no Círculo. Dessa forma, favorecem o pertencimento e a autocrítica e fortalecem o senso de coletividade e corresponsabilidade.

Em Belo Horizonte, os Círculos de Construção de Paz integram uma das principais ações do Programa NÓS. Em todas as fases de formação dos facilitadores de práticas restaurativas, há sempre o convite para sentarmos frente a frente e nos conhecermos melhor, falarmos de sentimentos, necessidades, desafios, aprendizados, superações, histórias que rememoram nossa infância e adolescência e um olhar para o futuro de forma construtiva.

As práticas circulares, igualmente, já são utilizadas pelos educadores da Rede Municipal e contam com a participação plural de estudantes, familiares e profissionais que compõem a comunidade escolar. Os círculos são inclusivos, como também é a vida. Os círculos nos lembram de que somos fruto das nossas histórias e todas elas são importantes. Os círculos nos convidam a acolhermos quem somos e a aprendermos uns com os outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios das Práticas Restaurativas, pautados nas experiências coletivas, valores e diálogo, são potencializadores de convivência e de relacionamentos transformadores e mais humanos. Portanto, podem contribuir para a transformação positiva dos conflitos que ocorrem no ambiente escolar. O Programa NÓS - Justiça Restaurativa na Escola - nasce desse intuito e tem sido muito bem recebido pelas escolas municipais de Belo Horizonte. Nesse sentido, a constituição do Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED, mais do que cumprir um compromisso firmado entre os participantes do Programa, corrobora a centralidade dada por esta Secretaria às ações e aos projetos que visam à melhoria da convivência e da segurança no ambiente escolar.

A adoção das práticas restaurativas como metodologia para o tratamento e a transformação dos conflitos escolares revela o reconhecimento de que aspectos relacionais impactam diretamente no processo de ensino e aprendizagem (SOARES, 2007; VILASSANTI, 2011). É importante, também, reconhecer que muitas escolas da RME-BH desenvolvem práticas de valorização das diversidades, do protagonismo docente e discente, bem como do fortalecimento da gestão democrática.

O Núcleo Central de Práticas Restaurativas da SMED é fruto de um movimento compartilhado e participativo, que integra saberes e aprendizados construídos ao longo dos anos na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. É um Núcleo que nasce do esforço de aperfeiçoar, cada vez mais, tudo que já tem sido feito e de integrar ações, projetos e pessoas que queiram contribuir para a transformação das relações humanas, com acolhimento, empatia e respeito pelos profissionais que somos e pelos humanos que desejamos ter e ser no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALAGUER, Gabriela. As práticas restaurativas e suas possibilidades na escola: *primeiras aproximações*. Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 266-275, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4459>. Acesso em 03/12/2020.
- BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. Portaria SMED nº 340/2018. Observatório do Clima Escolar. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEducacao.do?method=DetalheArtigo&pk=1204459>. Acesso 31 dez.2020.
- Boyes-Watson, Carolyn. PRANIS, Kay. No coração da esperança: guia de práticas circulares : o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis - tradução : Fátima De Bastiani. – Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011.
- CARVALHO, Mayara de; JERÔNIMO, Lucas. Reflexões sobre a dimensão da autoempatia na Comunicação Não Violenta. In: CARVALHO, Mayara de; SILVA, Elaine Cristina da ; JERONIMO, Lucas . Comunicação Não Violenta: Diálogos e reflexões. 1a. ed. Belo Horizonte: Instituto Pazes, 2020.
- DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 2ª. ed., São Paulo, Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2018a.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b.
- JERÔNIMO, Lucas. 5º Encontro do Núcleo Central de Práticas Restaurativas. (Vídeo) 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1Yg8zEepKU5K07iKVfReqxBjrYGJFkWDp>
acesso em 05/12/2020.
- LEDERACH, John Paul. Transformação de Conflitos. São Paulo: Palas Athena, 2015.
- LLANSOL, Maria Gabriela. O livro das comunidades. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Núcleo de Incentivo à autocomposição. Relatório anual 2017. Nupa, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Natal, 2017.
- NUNES, Antônio Carlos Ozório. Diálogos e Práticas Restaurativas nas escolas: Guia prático para educadores. São Paulo: Ministério Público de São Paulo, 2018. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao>, acesso em 03/12/20.
- PRANIS, Kay. Processos Circulares de Construção de Paz. São Paulo: Palas Athena, 2010.
- UNESCO (1996). Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 06 de dezembro de 2020.

SILVA, Maria Cristiane Lopes da, ARAÚJO, Nahiana dos Santos, SILVA, Jéssica Araújo da. A Experiência das Práticas Restaurativas na Escola Pública Estadual de Fortaleza. Novembro de 2019, Anais da II Convenção Americana de Justiça. Disponível em:

<https://www.unifor.br/web/pos-graduacao/convencao-americana-de-justica-restaurativa/anais> Acesso em 04/12/2020.

SOARES, José Francisco. Melhoria do Desempenho dos Alunos do Ensino Fundamental. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, v.37-2007; p. 135-160.

SOUTO MAIOR. A Autocomposição nos Conflitos Judiciais. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca. v.15; n.1, p.271 - 280. Franca, São Paulo, 2020.

VILASSANTI, Eliane Castro. Escolas Públicas e Configuração do Clima Escolar. 2011. Tese. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação UFMG. Belo Horizonte, 2011.

ZHER, Howard. Justiça Restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2020.



Núcleos para
Orientação e Solução
de conflitos escolares

EDUCAÇÃO



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA